

## *Índice*

<i>Nota prévia</i>	7
<i>Prefácio</i> (Filipa Urbano Calvão)	9
<i>Índice de abreviaturas</i>	11
 Introdução e delimitação do tema	 13
 <b>1. Enquadramento</b>	 17
1.1. Entrada no tema: O poder de resolução de litígios entre regulados pelas ARI	19
1.2. A decisão administrativa de resolução de litígios	21
1.3. Os mecanismos alternativos de resolução de litígios	25
1.4. O espaço da mediação na resolução de litígios entre regulados: justificação de interesse	28
 <b>2. A mediação pelas ARI: considerações gerais</b>	 31
2.1. Enquadramento jurídico-legal da mediação no contexto europeu e nacional	33
2.2. A Mediação pelas ARI na LQERI	37
2.3. O Regime jurídico da mediação de litígios pelas ARI	40
2.3.1. Da mediabilidade dos litígios entre regulados	40
2.3.2. Do regime jurídico da mediação pelas ARI	49
 <b>3. A mediação pelas ARI: principais aspetos jurídico-legais à luz da lei da mediação</b>	 51
3.1. O princípio da confidencialidade	53
3.2. Os princípios da imparcialidade e da independência	58
3.3 A executoriedade do acordo de mediação	62
 <b>4. Conclusão</b>	 65
 <b>5. Bibliografia</b>	 71

## *Prefácio*

O novo poder de resolução de litígios, reconhecido em tempos recentes a entidades administrativas independentes, vem, assim parece, recentrar e renovar o direito administrativo.

Não se trata só de cumular em entidades administrativas um conjunto de extensíssimos poderes de atuação – poderes normativos, de supervisão e de fiscalização, para além do poder de sancionamento, a que se junta agora o poder de resolução de litígios. Em causa está também a atribuição à administração pública dessa nova função – parajudicial, como já vai sendo denominada – de resolução de litígios entre os atores sujeitos a regulação.

A opção legislativa, refletida em vários diplomas estatutários de entidades administrativas independentes e, mais recentemente, na Lei-Quadro das Entidades Reguladoras Independentes, pretende dar eficaz resposta às necessidades de regulação do mercado, a qual depende, bem se percebe, de conhecimentos científicos e técnicos especializados e de meios ágeis de execução. Todavia, coloca novas questões. A começar no plano constitucional. Por um lado, constitui um desafio ao princípio da separação de poderes, encarado aqui numa perspetiva interna à administração pública. A concentração de tão variados e musculados poderes nestas entidades – ou melhor, autoridades, atendendo à natureza desses mesmos poderes –, acompanhada do recurso crescente, como técnica legislativa, a normas abertas, entregando-lhes tendencialmente um amplo espaço de decisão para além do tradicional quadro de ponderação discricionária, suscita sérias dúvidas quanto ao seu enquadramento jurídico-constitucional. Mas a tal não se limitam as soluções legais ensaiadas. Implicam, por outro lado, a atribuição a tais

autoridades de um poder de dirimir litígios entre os regulados, ou entre estes e os respetivos clientes, numa lógica paralela à do poder judicial.

Se se assiste com isto a uma revolução no direito administrativo – à necessidade de o repensar e de rever a conceção do que seja a função administrativa no contexto dos restantes poderes estaduais –, ou se aquelas são respostas que não extrapolam decisivamente dos quadros anteriores, embora novas e reclamando algum afinamento, em face das fragilidades que a prática possa estar a revelar, é questão que seguramente vai ainda justificar longo debate.

Precisamente, a obra que agora tenho a honra de prefaciara visa trazer à luz e analisar alguns dos problemas suscitados pela atribuição do poder de resolução de litígios às autoridades reguladoras independentes.

Partindo da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras Independentes, a Mestre Francisca Almeida destaca, com visão certa, as dificuldades na aplicação de um parco regime legal atinente à atuação administrativa de resolução de litígios. Focando-se em especial na atividade de mediação das autoridades reguladoras, procura delinear o respetivo regime jurídico. Regime esse construído pela autora a partir do quadro jusprivatístico para o adaptar ao contexto jusadministrativo. E enfrentando as dificuldades de perceção dos limites à disponibilidade do poder administrativo.

Sendo este um tema ainda pouco aprofundado em Portugal, é inegável o interesse de um estudo que, com um cunho analítico e criativo, percorre criticamente o regime aplicável. No processo de investigação que tive o prazer de orientar, Francisca Almeida demonstrou capacidade de criar doutrina sobre um assunto complexo e de grande atualidade. Eis, pois, um texto cuja leitura se justifica para todos que por esta temática se interessam.

Porto, 8 de abril de 2016  
Filipa Urbano Calvão